

# **PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL: O QUE APONTA A REALIDADE ESCOLAR**

**Edielson Gonçalves da Silva - UFPE**  
**E-mail: delso\_21@hotmail.com**

## **RESUMO**

A pesquisa que orientou a construção desse artigo buscou analisar os efeitos do Programa Escola Acessível, no que concerne a inclusão e acessibilidade no espaço escolar de pessoas com deficiência. Para isso, realizamos uma pesquisa do tipo qualitativa através de entrevistas semiestruturadas e observações em duas escolas públicas, sendo uma municipal e outra estadual. A partir da análise de resultados foi possível apreender que o Programa Escola Acessível traz contribuições no que diz respeito a inserção da pessoa com deficiência no espaço escolar, porém necessita de ajustes visto que o valor do recurso é insuficiente para atender as demandas que as escolas precisam e que Programa se propõe atender, visando garantir uma acessibilidade e uma inclusão com qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade. Inclusão. Programa Escola Acessível.

## **ABSTRACT**

The research that guided the construction of this article seeks to analyze the effects of the Affordable Program School, regarding the inclusion and accessibility at school for people with disabilities. For this, we conducted a qualitative study using semi-structured interviews and observations at two public schools, one local and one state. From the analysis of the results was possible to apprehend the Affordable Program School brings contributions regarding the inclusion of people with disabilities in the school setting, but needs adjustments as the value of the resource is insufficient to meet the demands that schools need and meet program aims, to ensure an accessibility and inclusion and quality.

**KEYWORDS:** accessibility. Inclusion. Affordable School program.

## **Introdução**

Nos últimos anos, a proposta de inclusão de pessoas com deficiência no contexto do ensino regular, tem registrado um crescimento através da implementação de políticas públicas educacionais que possibilitam a estes sujeitos desenvolverem suas potencialidades, se integrarem perante a sociedade, visto que os seus direitos por muito tempo foram negados, segregados e excluídos. A política de inclusão vem sendo temática amplamente discutida por diversos autores. Estudos desenvolvidos por Orrico e Fernandes (2012), Cunha (2013), Fernandes (2013), Bergamo (2009), nos mostram que a discussão que norteiam os temas da acessibilidade e inclusão vem sendo ampliada, pois sai de uma perspectiva meramente adaptacionista da pessoa com

deficiência, aponta-se para uma perspectiva que reconhece o sujeito com direitos, bem como os fatores que definem um sujeito como diferente/incapaz são construídos na complexa rede de relações sociais que determina a condição dos sujeitos com base no valor que eles assumem nas relações de produção da vida material e econômica daquele grupo social, e ainda que toda e qualquer ação ou fator que implique em práticas de desigualdades e oportunidades, devem ser abolidas por entender que em nossa sociedade atual vivenciamos um Estado Democrático de Direito. É, pois a partir de nossa inserção nas escolas por meio das disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP's) no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde constatamos como é precária a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência no espaço escolar. Diante do exposto, traçamos como objetivos para fomentar o nosso objeto de investigação: analisar como vem se dando no contexto escolar a implementação do Programa Escola Acessível. De forma mais específica, buscamos: 1) compreender a concepção de acessibilidade e inclusão que permeia o Programa a partir dos documentos e legislação norteadores e 2) identificar no contexto das escolas as mudanças efetivadas a partir do Programa para garantir a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais. O trabalho está organizado da seguinte forma: primeiro realizamos uma breve discussão acerca da compreensão histórica da pessoa com deficiência a fim de contextualizarmos o objeto de estudo. Na sequência, abordamos a questão da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no espaço escolar brasileiro, bem como expusemos as principais características do Programa. Em seguida apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, os resultados e discussão. Por fim, as nossas considerações finais.

### **Pessoa com deficiência: concepções ao longo da história.**

Um dos grandes desafios da humanidade foi e tem sido como lidar com o diferente, ou seja, a busca incessante de entender na espécie humana as deformidades físicas e intelectuais, sejam elas congênitas ou adquiridas. Ao nascer, uma pessoa traz consigo características físicas e psíquicas comuns de nossa espécie. Cunha (2013, p.37), nos mostra que, “apesar de ser uma sociedade avançada, na Grécia, as pessoas com deficiência eram estigmatizadas e por muitas vezes não recebiam denominação de pessoas, mas eram chamadas de bestiais, doentes e disformes”. Com o domínio do Império romano, e conseqüentemente a fusão das culturas grega e romana, o mundo ocidental assimila novas leis e filosofias, ou seja, uma nova forma de ver e perceber o

mundo. Porém, a questão da pessoa com deficiência ainda era um assunto que causava estranhamento, no entanto, não era um consenso a ideia de que a pessoa com deficiência era algo ruim. Com o advento da Idade Média, o sistema de feudos nos traz uma nova configuração social da pessoa com deficiência, mudança essa onde a eliminação se dava em não proporcionarem as pessoas com deficiência acesso ao espaço físico e social dos feudos, pois a estrutura arquitetônica de fossos, pontes e muralhas que garantiam a segurança dos feudos impossibilitava de certa forma o acesso dessas pessoas em seu interior. Fernandes & Orrico (2012, p.35) nos ampliam essa visão ao dizer que:

O período feudal que a nosso ver se caracterizava pela acessibilidade restrita a um modelo social onde o próprio desenho das cidades cercadas por muros e fossos objetivava a restrição do acesso de “indesejáveis” ao espaço físico e social do feudo. O desenho arquitetônico do feudo se constituía num discurso não verbal de proteção contra os “indesejáveis”.

O lidar com a questão da deficiência neste modelo social, era algo violentamente excludente e de não aceitação. Atualmente a nossa sociedade, por meio dos movimentos sociais, vem buscando formular, implementar e garantir leis que garantam direitos civis as pessoas com deficiência. E uma das propostas que nos traz maior relevância em se tratando do objeto de nossa pesquisa, no tocante a garantia e perpetuação desses direitos, é a Declaração de Salamanca (1994), que propõe garantir a toda a pessoa com deficiência o direito a educação. Se historicamente a escola era a instituição que segregava tais pessoas, atualmente é por meio dela que a garantia de se exercer uma cidadania plena pode ser assegurada, pois segundo Cunha (2013, p. 13):

É da responsabilidade das instituições públicas darem passos significativos no sentido de olhar de frente o que habitualmente costuma ser olhado de lado; e olhar de frente significa, nesse contexto, promover e assegurar o direito a uma educação de qualidade no âmbito da diversidade.

É nesta perspectiva é entender como se tem dado, principalmente aqui no Brasil, a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no espaço escolar, o que historicamente temos construído e vivenciado.

### **Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência no Espaço Escolar Brasileiro.**

A oferta da educação escolar para as pessoas com deficiência tem sido marcada pelo processo de desigualdades no que se refere ao acesso de oportunidades e de segregação as pessoas com deficiência consideradas incapazes para estarem no ambiente escolar, em particular a escola pública brasileira. A Declaração de Direitos Humanos (1948) enfatiza a luta pela afirmação dos familiares de pessoas com algum tipo de deficiência pela busca de seus direitos civis. Segundo Carvalho (1999), estes direitos de cidadania não tem sido respeitados por motivo de existirem preconceitos que

permeiam as pessoas ditas “normais”. A fase da segregação da pessoa com deficiência no âmbito do sistema educacional brasileiro, ocorreu antes do século XX, entre as décadas de 50 e 60, por conta da expansão do sistema. Mas foi com a eclosão dos movimentos dos pais através de instituições especializadas como a: Escola Especial, Centro de Reabilitação, Associação Desportivas e Centro de Reabilitação que se objetivou a inserção da pessoa com deficiência no espaço do cotidiano.

Sendo assim, a luta se dava na busca de promover soluções e desafios de inclusão do educando com necessidades educacionais no sentido da sua permanência na rede regular de ensino, no início do século XX, segundo Apple (2009, p.14).

Os sistemas educacionais eram, em sua grande maioria, deliberadamente estratificados: segregados por raça, gênero e classe social, dividido entre escolas acadêmicas e técnicas, públicas e privadas, protestantes e católicas. Com isso as pessoas com deficiência ainda era pela sociedade considerada inferiores ou indesejáveis, ocupando na sociedade um lugar correspondente a um rótulo que lhe é outorgado não apenas em função de suas características orgânicas, mas principalmente do papel social que representam.

Sendo assim, a inclusão da pessoa com deficiência no espaço escolar durante este período era praticamente impossível, pois a lógica de estratificação social impedia o surgimento de qualquer possibilidade de se ter uma sociedade de direitos, onde o respeito a diversidade, deveria ser amplamente considerado. Mas foi com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) n. 4.024/61, que se deu ênfase ao início de um movimento em defesa da expansão das políticas públicas educacionais com relação a educação especial no acesso a escolarização das pessoas com deficiência.

E com o avanço do processo de inserção da pessoa com deficiência no espaço escolar regular no Brasil, que segundo Mantoan e Pietro (2006), “a partir da década de 70, o processo de inclusão teve mudanças em relação a estruturação da proposta do atendimento educacional para as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência, estando elas presentes junto aos demais alunos” (p.15). Nesta época movimentos sociais ganharam junto ao Estado serviços e bens que oportunizassem as crianças e adolescentes apresentando algum tipo de deficiência nas classes comuns das Instituições de Ensino. Na década de 80 as classes especiais tinham um modelo segregacionista para aqueles que não se enquadravam no sistema de ensino regular, ao invés de oferecer uma oportunidade para o ingresso no sistema público de ensino de alunos que apresentavam deficiência, visto que a maioria desses alunos com algum tipo de deficiência se fazia presente nas instituições privadas

A Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, define sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência em parceria com a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). A mesma estabelece princípios que garantem os direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência, e sua efetiva integração social.

A inclusão da pessoa com deficiência ganha força no início da década de 90, e com a Declaração de Salamanca (1994), onde enfatiza a ideia de modificar o espaço social, ou seja, escolas, empresas e espaços urbanos para atender as necessidades das pessoas com deficiência. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 em seu artigo 59, mostra que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Mas o grande êxito quanto a consolidação do movimento histórico brasileiro foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), cujo fator principal é de adaptar o sistema educacional de acordo com as necessidades do aluno com deficiência ou não, e que o espaço escolar fosse considerado um lugar primário onde as práticas inclusivas acontecessem no sentido de banir a estereotipia sobre a pessoa com deficiência, e que o ambiente proporcionasse a socialização, construção e compartilhamento de saberes. Nessa perspectiva pontua Sanchez (2005): “a educação inclusiva centra-se em como apoiar as qualidades e as necessidades de cada um e de todos os alunos na comunidade escolar para que se sintam bem vindos e seguros e alcancem o êxito” (p.12).

### **Programa Escola Acessível: concepção e finalidades**

Para o Ministério da Educação (MEC) o lançamento do Programa Escola Acessível aponta o compromisso do Brasil de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo. No entanto, não podemos perder de vista que o Programa também tem suas raízes advindas de pressões dos movimentos sociais nacionais e locais que trabalham na perspectiva de garantir o direito das pessoas com deficiência no espaço escolar.

Em 2007, se institui o Programa Escola Acessível, que integra uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), bem como do Plano de Ações Articuladas (PAR).

### **Metodologia**

Segundo Bogdan e Biklen (1982 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.13), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto

do pesquisador com a situação de enfoque, enfatizando mais o processo do que o produto. Sendo assim, os dados recolhidos seguem um processo indutivo, haja vista que, *a priori* não existe uma preocupação de o pesquisador ir em busca de evidências para a comprovação de hipóteses exatamente definidas.

Feitos levantamentos bibliográfico e documental, a fim de compreender melhor nosso objeto de estudo, e também como, foram realizadas visitas as unidades de ensino tendo em vista a realização de observações e entrevistas com gestores, professores e alunos acerca do Programa Escola Acessível.

O campo de investigação foram duas escolas, uma da Rede Municipal<sup>1</sup> localizada na Região Política Administrativa (RPA) 3, e uma da Rede Estadual<sup>2</sup> situada na Gerência Regional de Educação (GRE) Recife Sul, que implementaram o Programa. A escolha dessas escolas deu-se pelo fato das mesmas terem sido contempladas entre 2005 e 2008 pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais que registraram no Censo Escolar MEC/INEP/2009, matrículas de estudantes público alvo da educação especial, em classes comuns de ensino regular, pré requisito exigido pelo Manual do Programa Escola Acessível.

As entrevistas foram realizadas com 6(seis) sujeitos, dos quais são: 2(dois) gestores, um da rede municipal e outro da rede estadual, 2(duas) educadoras, uma da rede municipal e outra da rede estadual, e 2(dois) alunos com algum tipo de deficiência , um da rede municipal e o outro da rede estadual de ensino. Referindo aos gestores seus depoimentos serão identificados como G = de gestor e uma numeração entre 1 e 2 referente ao número de entrevistados e sua ordem de concessão da entrevista. Já os alunos entrevistados serão identificados como A = alunos. As professoras serão identificadas como P = de professoras.

### **Resultados e discussões**

O Manual do Programa Escola Acessível (2012, p.04), diz que a acessibilidade é:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

---

<sup>1</sup> A Rede Municipal de Ensino de Recife é dividida em 6(seis) Regiões Políticas Administrativas (RPA's):

<sup>2</sup> A Rede Estadual de Ensino de Pernambuco é dividida em 17 Gerências Regionais de Educação (GRE's), divididas em 6 (seis) macrorregiões: Recife, Região Metropolitana, Nazaré da Mata, Caruaru, Salgueiro e Petrolina.

Considerando o que nos mostra o documento orientador do programa, entendemos que inclusão e acessibilidade é garantir o direito de ir e vir da pessoa com deficiência aos espaços urbanos sejam públicos ou privados. A Concepção sobre inclusão as respostas são: Para a P(1), feminino, 55 anos, pedagoga, com especialização em Psicopedagogia e Educação Especial, com 20 anos de experiência como professora polivalente e 5 anos como professora na área de educação especial, trabalhando atualmente na Sala de Recursos Multifuncionais, a concepção sobre inclusão é:

Incluir **é dar qualidade de vida** as pessoas que tem algum tipo de limitação, se bem que isso não se percebe, se percebe que existe muita mídia em cima disso.

Para a P(2), feminino, 48 anos, pedagoga, com especialização em Educação Especial, possui 23 anos como professora polivalente e 7 anos como professora itinerante. Atualmente trabalha na Sala de Recursos Multifuncionais, atendendo os estudantes da própria escola, inclusão é:

Inclusão é exatamente, colocar os alunos com deficiência na convivência, no convívio com os outros ditos “normais”, e com os mesmos direitos

A fala de G(1), feminino, 54 anos, pedagoga, com especialização em psicopedagogia, com 17 anos de experiência como professora polivalente, e 7 anos como gestora escolar seu conceito sobre inclusão é:

Inclusão é conhecer primeiramente o que é uma pessoa, o que é um ser, e o que é gente.

Para G(2), masculino, 44 anos, geógrafo, com especialização em geografia e suas tecnologias, possui 15 anos de experiência como professor II, e 8 anos como gestor escolar. Seu conceito quanto o que é inclusão é:

Incluir as pessoas dentro de um sistema que até pouco tempo era marginalizada por esses sistemas.

De acordo com as falas dos entrevistados, pode se indentificado quatro categorizações no tocante a definição do que é inclusão, que são: dar qualidade de vida, colocar os alunos com deficiência no convívio com os ditos normais, conhecer o que é uma pessoa, incluir as pessoas dentro de um sistema. Segundo, Mantoam (2004), diz que, a inclusão possibilita o aperfeiçoamento da educação escolar para o benefício de todos os alunos que apresentam alguma deficiência ou não. No que diz respeito a acessibilidade:

**...é uma palavra muito universal, não é fechada e direcionada a pessoa com deficiência,** e nós vivemos numa sociedade que não é acessível.(P 1)

Acessibilidade é proporcionar, **possibilitar a convivência deles com outros alunos na sala de aula**,. (P 2)

Nós estamos ainda muito distante, veja, aqui na escola tem inclusão, mas a questão da acessibilidade, não. (G 1)

Vai além da inclusão. Acessibilidade, você tem **o direito de ir e vir**... (G 2)

Mediante as falas, se percebe acerca do que é acessibilidade as pessoas com deficiência parte da compreensão de uma perspectiva individual no direito de ir e vir, bem como de um conceito mais amplo, mais universal. Para que isto se concretize no plano das relações interpessoais, é necessário entender que a plena ou total acessibilidade, e isto nos reforça a voz de G(2) ao dizer que:

Dentro da escola, estamos fazendo o possível para que o acesso seja facilitado.

A fala de G(2) a fala do G(1) nos mostra que:

Em relação a acessibilidade na escola não é totalmente acessível, porque as salas de aulas são todas no 1º andar.

Adequar os espaços físicos com os recursos demandados do Programa Escola Acessível vem sendo um grande desafio, isto porque as escolas tem estruturas arquitetônicas que foram construídas há mais de 15 anos, fora dos parâmetros estabelecidos pela NBR 9050/2004, os recursos financeiros não são suficientes para que a acessibilidade seja plena, é o que nos diz G(1):

O programa deveria ser renovado, porque recebemos o recurso em 2012, e não recebemos mais nos anos subsequentes.

O que se percebe nas falas é que existe uma ausência na promoção do acesso nos espaços educativos e em outros espaços em que a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida possa utilizar. Para A(1), a escola não é plenamente acessível como pedem os objetivos específicos do programa, para ele o conceito de acessibilidade é bem amplo, quando indagado se a escola é acessível responde:

Aquelas pessoas que tem alguma deficiência, tudo bem, mas aquele que é cadeirante não é.

O entrevistado está se referindo as escadas e a falta de acesso por meio de rampas ou plataformas elevatórias, onde crie possibilidades de qualquer aluno com ou não deficiência tenha acesso a parte superior da escola.

### **Considerações Finais**

Entende que o Programa Escola Acessível analisado nas duas escolas públicas de ensino, se apresenta como ponto de partida para promover e/ou dar andamento a



questão da acessibilidade no espaço escolar, a partir do momento que a Unidade de Ensino receber o valor do recurso em relação com o quantitativo de estudantes matriculados com deficiência na mesma. As escolas contempladas pelo Programa, realizaram ou ainda desenvolvem mudanças em questão da inclusão e acessibilidade no tocante da estrutura, comunicacional e pedagógica. Há uma ausência de uma ampla divulgação do programa numa visão geral e no contexto escolar, e isto faz com que, os entrevistados e outros profissionais da unidade de ensino não conheça o programa de forma íntegra. Outro fator identificado entre eles é que há um conhecimento ou já ouviram falar de Leis, Portarias e Decretos que estejam relacionados a acessibilidade, mas de forma superficial, e não foi apresentado o documento orientador do Programa, e isto, ocasiona uma visão restrita a questionar mudanças acessíveis dentro do ambiente escolar. O Programa Escola Acessível precisa ter uma continuidade com repasse de recursos anualmente, visto que o valor do recurso é insuficiente para atender as demandas das escolas para promover as mudanças estruturais e aquisição de materiais pedagógicos.

### **Referências**

APLLE, Michael W; GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo e educação*. 16 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, nº163, 26 de agosto de 2009. Seção 01.p.3.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Programa Escola Acessível. Secretária de Educação Especial. Busca adequar o espaço físico das escolas estaduais e municipais, a fim de promover acessibilidade nas redes públicas de ensino. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2009.

Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17428&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17428&Itemid=817)>. Acesso em: 07 jan.2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, que trata sobre: A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> .  
Acesso em: 31 de julho de 2014

Brasil. Congresso Nacional. Decreto legislativo nº 186, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Acesso em: 01 de ago. de 2014

\_\_\_\_\_. Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, que: Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm)>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo Barreiras e Aprendizagem: Educação Inclusiva*. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CUNHA, Nilton Pereira da. *O ensino superior e a educação inclusiva: o direito à igualdade e à diferença*. Recife: Ed. do Autor, 2013.

FERNANDES & ORRICO. Edicléa Mascarenhas & Helio Ferreira. *Acessibilidade e inclusão social*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Caminhos pedagógicos e Educação Inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. *Caminhos Pedagógicos da Educação Especial*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Washington, 2006. Disponível em: <[www.mec.seesp.gov.br](http://www.mec.seesp.gov.br)> Acesso em: 16 de nov. de 2013.

PIETROS, R.G. MANTOAN, M.T.E. e ARANTES, V.A. (org) *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*, São Paulo: Summus, 2006.

SANCHES, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Revista da Educação Especial*, v. 1, n.1. out, Brasília, 2005.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração de Salamanca e suas Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <[www.mec.seesp.gov.br](http://www.mec.seesp.gov.br)> Acesso em: 04 de set. de 2013.